

crecente infiltração comunista, principalmente nos países latino-americanos.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem.*)

O SR. ADYLIO VIANA (*Comunicação*) * — Sr. Presidente, ninguém pode atinar com o motivo por que o Governo não nomeia candidatos a cargos públicos, quando se sabe que as repartições federais, especialmente no interior do País, têm as suas tarefas atrasadas e prejudicadas por falta de elemento humano. E não se pode taxar de empreguismo a nomeação de aprovados em concursos para setores em que há carência de servidores. Só para agentes fiscais do Imposto Aduaneiro existem cerca de dois mil e quinhentos aprovados esperando nomeação há cerca de três anos, tendo sido, por isso, prorrogado o prazo de validade do concurso. Enquanto isso acontece, a Fiscalização Aduaneira não tem condições para um trabalho eficiente, e o descaminho já se converteu em instituição nacional.

O art. 19 da Lei n.º 4.503, de 30 de novembro de 1964, visando à fiscalização das mercadorias estrangeiras em qualquer ponto do País, determinou que a Diretoria das Rendas Aduaneiras organizaria, dentro de cento e vinte dias, um serviço de âmbito nacional, constituído exclusivamente de agentes fiscais do Imposto Aduaneiro lotados nas repartições aduaneiras. Ainda não foi atendido, e isso por falta, exclusivamente, de pessoal.

De outra parte, o Inspetor da Alfândega de Recife, em ofício número 213, de 6 de julho de 1965, dirigido ao Sr. Diretor das Rendas Aduaneiras, faz sentir as dificuldades por que vem passando seu setor de trabalho, frente às deficiências de pessoas no seu número, porque a qualidade, por melhor que seja, não consegue superar a falta de quantidade, tão grande é essa falta.

* Não foi revisto pelo orador.

Ora, Sr. Presidente, não podemos esperar que isso aconteça, exatamente no setor da fiscalização, vale dizer, aquele que contribui decisivamente para a arrecadação das rendas nacionais. Não se concebe ainda que nos próprios institutos de previdência social haja falta de pessoal, determinando uma demora muito grande no processamento de benefícios.

Tenho em mãos carta recebida do Rio Grande do Sul, do Sindicato dos Estivadores, reclamando que no IAPETC, na cidade do Rio Grande, há processos parados há muitos meses, não por falta da eficiência de funcionários, mas por falta de funcionários. E o IAPI, também, na mesma cidade, sucessivas vezes tem respondido a este Deputado que inúmeros processos estão ali parados por falta de pessoal. Se há falta de pessoal no interior dos Institutos, se há, também, aprovados em concursos, por que o Governo não faz as nomeações necessárias para que esses serviços tenham, pelo menos, um pouco daquela eficiência que deveriam ter?

Este registro que estou fazendo agora, e que representa a continuação de outros pronunciamentos no mesmo sentido, tem o objetivo de alertar o Governo para as faltas que vêm ocorrendo no Serviço Público da União, em razão da falta de funcionários. (*Muito bem.*)

O SR. EURICO OLIVEIRA (*Comunicação — Lê*) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, como representante do povo carioca, sinto-me à vontade para dizer um "basta" aos encapuçados que tramam contra Brasília. De tempos em tempos, com uma regularidade monótona, esses senhores se utilizam da técnica do boato, do qual sempre fica alguma coisa, para investirem contra a Nova Capital. O último desses boatos, que, infelizmente, chegou até a ser publicado na imprensa estrangeira, anunciava que o Governo estaria disposto a impor

ao Brasil duas Capitais federais: Brasília e Rio de Janeiro.

Contra essa notícia, levantaram-se os principais órgãos da imprensa brasileira e, para que conste dos Anais, peço a transcrição dos editoriais do "Correio Braziliense" e do "Jornal do Brasil" que tratam do assunto.

É o seguinte o artigo do "Correio Braziliense":

"ALTA TRAIÇÃO

Se, porventura, fôsse vitorioso o ponto-de-vista que preconiza o estabelecimento, no País, de duas Capitais, os responsáveis pela idéia não seriam poupados da qualificação de autores de crime de alta traição. Concluir-se-ia, ademais, tratar-se de fato indefensável, tal a sua natureza antibrasileira. A notícia — vale frisar — foi enérgicamente desmentida por fontes idôneas do governo. O boato diluiu-se, dado o seu teor ridículo, e basta para fixar a posição daqueles que se revelam incapazes de assumir a responsabilidade por qualquer atitude delituosa perante o povo e a Nação. Pois os espíritos envolvidos nas nebulosas da conspiração não subsistem fora do anonimato. Trata-se, na verdade, de pseudo-estadistas, que não contam com o beneplácito da Revolução, mas insistem no primitivo propósito de sabotar a família brasileira, impedindo o franco desdobramento de uma realização continental.

O Presidente Castello Branco já se definiu, publicamente, como defensor de Brasília. Enquanto isso, S. Exa. está prestigiando diretamente a Capital da República, tal é o ritmo desembaraçado de obras para a complementação da cidade. O Prefeito Plínio Cantanhede desenvolve ação constante em todas as áreas, graças ao apoio

que vem recebendo do Governo federal. Fundada há cinco anos, Brasília só agora readquire a dinâmica administrativa essencial à sua consolidação.

A traição contra Brasília não se consumou, nem se consumará. Mas — ressalte-se — a intenção do delito levará os seus tristes autores às perturbações íntimas de um remorso cívico. Evidentemente, as almas subalternas, que arquitetaram, no escuro, a conjura antinacional, não triunfaram porque lhes faltam forças. O Governo do Marechal Castello Branco é vigoroso fiador da Capital do País. A cidade mais moderna do mundo está tranqüila e a sua irreversibilidade é consagrada pela visão patriótica da Revolução.

Dentro desta ordem de raciocínio, o Ministro do Trabalho condenou, em entrevista ao "Correio Braziliense", a idéia do retorno da Capital ao Rio. E para comprovar a sua opinião, segundo declarou o Sr. Arnaldo Sussekind, estão sendo ultimados entendimentos junto ao GTB, para a construção de cerca de mil apartamentos destinados aos servidores desta Pasta. Outros Ministérios tomam medidas igualmente válidas, devendo-se ressaltar a ação conjunta das Pastas da Viação e da Guerra, quanto ao pleno prosseguimento das obras da Estrada de Ferro Brasília—Pires do Rio, o que representará a anexação do Distrito Federal ao parque ferroviário do País. Só temos de concluir, diante disso, que as maquinagões mesquinhas dos adversários do Brasil serão analisadas e julgadas pelo historiador como manifestações ridículas, partidas de gente enfêrma.

Passo a ler o editorial do "Jornal do Brasil":

"BRASÍLIA

Só há um jeito de pôr fim à dualidade de capitais em que praticamente vive o País hoje em dia: é consolidar definitivamente Brasília. Fora daí, não há solução.

A idéia da centralização da Capital vem de muito longe. É anterior à Independência, pois é sabido que a ela já se referia o Tiradentes. O Patriarca José Bonifácio defendeu-a também, como indispensável à integração do vasto território nacional. A primeira Constituição republicana, de 1891, incluiu entre as suas disposições transitórias um artigo mandando construir a futura sede do Governo Federal no interior do País. Data daí a cogitação efetiva com a escolha do local em que se ergueria a nova cidade. Foi feita então a demarcação do chamado Quadrilátero Cruls, no Planalto Central. A Constituição de 1934 reiterou o princípio mudancista, aprovado por larga margem de sufrágios. Em 1946, mais uma vez veio à baila o tema da transferência — e ele de novo saiu vitorioso e continuou a integrar o texto constitucional.

Com o iniludível pronunciamento da Assembléia Nacional Constituinte, a terceira Assembléia republicana a insistir inequivocamente na transferência, criou-se na Câmara dos Deputados uma comissão especialmente dedicada aos estudos, na área parlamentar, em favor da mudança. O Presidente Eurico Gaspar Dutra tomou, por sua vez, providências práticas para dar início aos trabalhos de construção da nova Capital. A comissão federal presidida pelo General Poli Coelho desenvolveu atividades preliminares em

favor da localização. Os governos seguintes, fiéis ao mandamento constitucional, não desautorizaram nem se opuseram ao trabalho que se vinha fazendo em favor da mudança. O Presidente Café Filho era notoriamente mudancista e, ainda como deputado, visitou, com outros parlamentares de todos os Partidos, o local, no Planalto Central, em que se deveria erguer a futura sede do Governo da República.

Veio, enfim, o Presidente Juscelino Kubitschek, que, como constituinte em 1934 e em 1946, votara a favor da transferência. Como candidato à Presidência, prometeu acelerar a mudança, o que tratou de fazer, uma vez no governo, no melhor estilo *desenvolvimentista*. Dizia-se que era preciso comprometer os futuros governos com a nova Capital, de maneira a impedir a volta ao Rio, com o abandono de Brasília.

O Presidente Jânio Quadros, que já encontrou a Cidade inaugurada, assumiu, na sua campanha, o compromisso de consolidar e *humanizar* a nova Capital. Foi o que procurou fazer assim que chegou ao Governo, nomeando uma comissão encarregada de estudar as providências indispensáveis à complementação urbanística e cultural da cidade recém-inaugurada.

Era imprevisível, porém, a série de crises políticas que se desencadearam no País a partir da insólita renúncia do Senhor Jânio Quadros. Há que debitar a essas crises grande parte do problema que Brasília passou a representar. Ninguém ignora as condições em que foi planejada e executada a nova Capital. Houve erros, excessos, deficiências. Mas a Capital lá está, como um fato concreto, objetivo, irreversível.

É hoje um centro populoso dos mais importantes do Brasil. Serve de ponto de referência nacional e dêle se irradiam os sistemas rodoviário e ferroviário para tôdas as regiões do País. É incontestável o papel que Brasília já representa na integração do nosso vasto território. Lá funcionam, em caráter permanente e com bom rendimento de trabalho, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, além de várias repartições da cúpula administrativa.

Enquanto isto, a Cidade do Rio de Janeiro, recuperando a sua autonomia política, não teve o melancólico destino que lhe profetizavam os adversários da transferência da Capital. Transformada em Estado da Guanabara, suas fontes de renda se multiplicaram, sua vitalidade econômica se afirmou, enquanto um governo eleito pelo voto direto desenvolveu, em cinco anos, um largo programa de obras públicas. Vários dos mais graves problemas da antiga Capital encontraram, só então, o caminho da solução definitiva, haja vista a educação e o abastecimento de água.

A transferência da Capital para o interior teve sempre defensores exaltados e partidários desinteressados em tôdas as gerações de nossos dirigentes políticos, tanto no Império como na República. O ideal mudancista elevou-se, sem dúvida, à categoria de aspiração nacional. Os erros cometidos na construção de Brasília e a parte que ela tenha tido na aceleração do processo inflacionário não justificam agora qualquer movimento de retrocesso e de anulação de um passado que não se confunde com a pessoa do Sr. Juscelino Kubitschek. Nem faz sentido, por um mesquinho sentimento de

oposição a um ex-Presidente decaído, combater agora Brasília e tentar apagá-la do mapa do Brasil. O Governo Castello Branco deve ter a grandeza de consolidar a nova Capital e só lhe resta o caminho de patrioticamente consumir a mudança do Governo, em toda a sua plenitude, para a cidade que é, hoje, aos olhos do mundo e por decisão nacional a sede da República. Fugir daí não é solução. É, no máximo, negativismo estéril e, no mínimo, desejo inconfessado de não abandonar Copacabana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nova investida contra Brasília procura, no meu modo de entender, incompatibilizar o honrado Presidente da República com a opinião pública nacional, notadamente na Nova Capital e na Guanabara. Sim, porque o povo carioca está muito satisfeito com a situação atual de sua terra e não quer que o novo Estado perca a autonomia.

O Governo do marechal Castello Branco deve ter a grandeza de consolidar a Nova Capital, e só lhe resta o caminho de patrioticamente consumir a mudança do Governo, em toda a sua plenitude, para a cidade que é, hoje, aos olhos do mundo e por decisão nacional a sede da República. (*Muito bem.*)

O SR. ADAURY FERNANDES (*Comunicação*) * — Sr. Presidente Srs. Deputados, geralmente quando da tribuna da Câmara, falo a respeito de problemas ferroviários, só trago elogios. Desta vez, entretanto, venho criticar os processos empregados pela administração da Estrada de Ferro Central do Brasil quanto à segurança de tráfego na Baixada Fluminense.

Apresentei um requerimento àquela Estrada, reclamando passagem subterrânea na Travessa Municipal, no Município de Nilópolis.

* Não foi revisto pelo orador.